

## **PERCEPÇÃO DOS GESTORES SOBRE ACESSIBILIDADE DE PESSOAS EM CADEIRA DE RODAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS NO MUNICÍPIO DE ALGODÃO DE JANDAÍRA-PB**

**Aldeni Barbosa da Silva <sup>(1)</sup>; Janaina Moreira de Brito <sup>(2)</sup>**

<sup>1</sup>Professor do IFPB, Campus Esperança. E-mail: aldeni.silva@ifpb.edu.br; <sup>2</sup>Graduada em Ciências Biológicas/CCA/UFPB. E-mail: janaina.brito1@outlook.com

### **RESUMO**

Objetivou-se com esse trabalho, avaliar a percepção dos gestores sobre acessibilidade das escolas municipais do município de Algodão de Jandaíra, no estado da Paraíba. O trabalho foi desenvolvido por meio de observações diretas em duas escolas municipais existentes no município de Algodão de Jandaíra, estado da Paraíba, constituindo-se em uma pesquisa de cunho qualitativo e descritivo. Iniciou-se a pesquisa de campo com a aplicação de questionários semiestruturados aos dois gestores responsáveis pelas escolas em observação, a fim de coletar dados sobre a visão desses profissionais sobre as condições de acesso dos dois estabelecimentos de ensino e de compreender o grau de satisfação quanto aos aspectos de acessibilidade das escolas envolvidas. Durante este período foi realizado o registro fotográfico com a utilização de um equipamento de alta resolução e a medição de todos os pontos presentes no roteiro já estruturado pelo pesquisador, tomando por base os conceitos adotados para acessibilidade pela Norma N° 9050/2015, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Os nomes das escolas e dos participantes da pesquisa foram mantidos em sigilo por questões éticas, sendo que, as escolas foram identificadas por E1 e E2, e seus respectivos gestores como G1 e G2. O critério de escolha destas escolas se deu por estas apresentarem o maior número de estudantes matriculados do município, e por estas serem as duas únicas escolas da zona urbana. Observou-se a total e/ou parcial falta de conhecimento dos gestores responsáveis pelas escolas, com relação a acessibilidade para Pessoas em Cadeira de Rodas. Os padrões arquitetônicos das escolas avaliadas estão em desacordo, quanto a acessibilidade para Pessoas em Cadeira de Rodas, com a ABNT NBR 9050/2015. Dever-se-iam haver cursos que promovessem uma formação inclusiva para os gestores, e que os projetos de construção de todos os estabelecimentos escolares fossem de fato realizados dentro dos parâmetros acessíveis, para se evitar transtornos, modificações posteriores e gastos adicionais.

**Palavras-chave:** Deficiência física, barreiras arquitetônicas, inclusão.

### **PERCEPTION OF MANAGERS ON ACCESSIBILITY OF PEOPLE IN WHEELCHAIRS IN MUNICIPAL SCHOOLS IN THE MUNICIPALITY OF ALGODÃO DE JANDAÍRA-PB**

### **ABSTRACT**

The objective of this study was to evaluate the perception of managers about accessibility of municipal schools in the city of Algodão de Jandaíra, in the state of Paraíba. The study was conducted through direct observations on two existing public schools in the municipality of Algodão de Jandaíra, state of Paraíba, constituting itself in a research of qualitative and descriptive nature. The field research began with the application of a semi-structured questionnaire to the two managers responsible for the schools in observation, in order to gather data about the vision of these professionals on the conditions of access of both schools and to understand the degree of satisfaction with the aspects of accessibility of



the schools involved. During this period we performed the photographic record with the use of a high resolution equipment and the measurement of all points presented in the script already structured by the researcher, based on the concepts adopted for accessibility by Standard N° 9050/2015, the Brazilian Association Technical Standards (ABNT). The names of the schools and the research participants were kept private for ethical reasons, and the schools were identified by E1 and E2, and their managers as G1 and G2. The criteria for choosing these schools was given by these present the greatest number of students enrolled in the municipality, and these are the only two schools in the urban area. There was total and / or partial lack of knowledge of managers responsible for schools, regarding accessibility for people in wheelchairs. Architectural patterns of the evaluated schools are in disagreement as accessibility for people in wheelchairs, with the NBR 9050/2015. They should promote inclusive training courses for managers, and that construction projects of all schools were in fact carried out within the accessible parameters, to avoid inconvenience, subsequent modifications and additional spending.

**Keywords:** Physical disability, architectural barriers, inclusion.

## 1. Introdução

Quando falamos de uma sociedade inclusiva, o convívio e o respeito com as diferenças são características fundamentais. Essas diferenças não deverão contribuir para a construção de critérios classificatórios mais ou menos valorosos ou humanos, não justificando, dessa forma, excluir ou tratar as pessoas com deficiência em posição de desvantagens perante o restante da comunidade (SANTOS, 1995; BOFF, 2000).

A educação é um direito de todos os cidadãos, no entanto, é necessário assegurá-la por meio de projetos e aplicação de normas que garantam, ou pelo menos facilitem o acesso de todos os indivíduos ao cenário educacional. Logo, os espaços também devem ser democráticos para atender a diversidade e promover a inclusão social. Um processo de educação inclusiva deve contemplar as necessidades específicas e respeitar a capacidade de cada indivíduo. Desta forma, barreiras são quebradas, dando espaço ao desenvolvimento da cidadania (SILVEIRA, 2014).

A efetivação plena do direito à educação para a pessoa com deficiência exige a ampliação de políticas públicas abrangentes que proporcionem a cada indivíduo os meios necessários para o acesso à cultura no sentido amplo da palavra. Dito de outra forma: para que a educação inclusiva se torne uma realidade geral é necessário multiplicar as ações afirmativas tendentes a tornar o mundo da cultura de fato acessível a toda e qualquer pessoa, independentemente das habilidades de cada um (ARNAIS & STADOAN, 2013).

Na perspectiva da educação inclusiva, cabe destacar que a educação especial tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do



desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas comuns do ensino regular, orientando os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino comum, a participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino; a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; a oferta do atendimento educacional especializado; a formação de professores para o atendimento educacional especializado e aos demais profissionais da educação, para a inclusão; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informações; e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2010).

Para que a escola proporcione o acesso à socialização, elas devem fornecer as condições mínimas de acessibilidade. Segundo a legislação educacional vigente, toda criança deve ter garantia do acesso, permanência e sucesso na escola (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988). Mas, na prática, isso não acontece, pois a mencionada “inclusão” da pessoa com necessidade é estigmatizada por não haver condições para o seu acesso e permanência nas escolas, sendo responsável pelo grande índice de evasão escolar e/ou reprovação (COSTA et al., 2005; SILVA et al. 2014).

Diante disso, o presente trabalho objetivou avaliar a percepção dos gestores sobre acessibilidade das escolas municipais do município de Algodão de Jandaíra, no estado da Paraíba.

## **2. Metodologia**

O trabalho foi desenvolvido por meio de observações diretas em duas escolas municipais existentes no município de Algodão de Jandaíra, estado da Paraíba, constituindo-se em uma pesquisa de cunho qualitativo e descritivo.

Iniciou-se a pesquisa de campo com a aplicação de questionários semiestruturados aos dois gestores responsáveis pelas escolas em observação, a fim de coletar dados sobre a visão desses profissionais sobre as condições de acesso dos dois estabelecimentos de ensino e de compreender o grau de satisfação quanto aos aspectos de acessibilidade das escolas envolvidas. Além disto, utilizou-se a observação direta das edificações por meio de captura de fotos e medição dos espaços físicos das escolas. Durante este período foi realizado o registro fotográfico com a utilização de um equipamento de alta resolução e a medição de todos os pontos presentes no roteiro já estruturado pelo pesquisador, tomando por base os conceitos



adotados para acessibilidade pela Norma N° 9050/2015, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Foram delimitados os seguintes pontos para observação: entradas principais; estacionamentos com reserva de vagas; sinalização informativa; existência de rampas e seus dados de medição (largura e inclinação); existência de corrimões; largura dos corredores e tipo de piso das rotas acessíveis; largura das portas e tipo de maçaneta; altura das janelas; rebaixamento das calçadas; banheiros acessíveis; tipos de carteiras escolares; localização da lousa; acesso ao auditório e ao laboratório de informática: biblioteca e quadra de esportes.

Os nomes das escolas e dos participantes da pesquisa foram mantidos em sigilo por questões éticas, sendo que, as escolas foram identificadas por E1 e E2, e seus respectivos gestores como G1 e G2. O critério de escolha destas escolas se deu por estas apresentarem o maior número de estudantes matriculados do município, e por estas serem as duas únicas escolas da zona urbana.

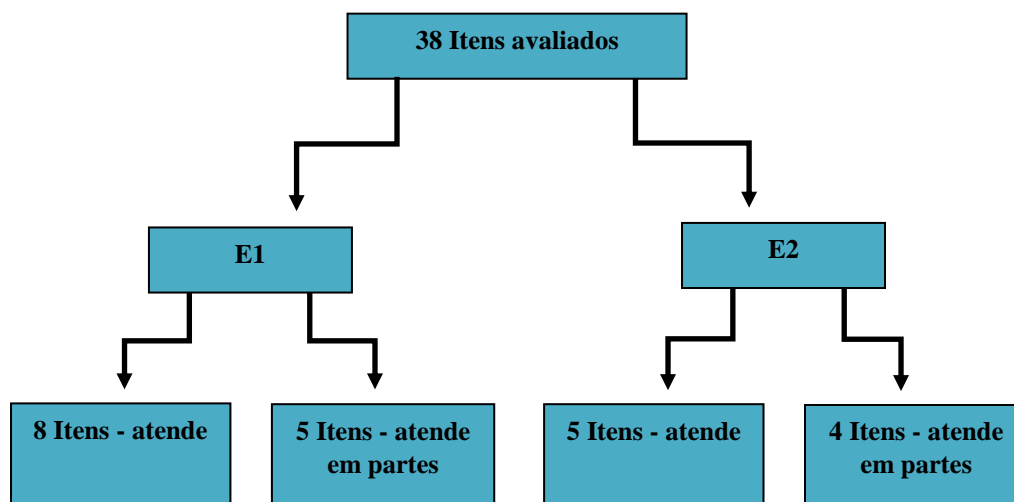
Os dados foram organizados em temáticas a partir do questionário e do roteiro utilizados como instrumentos de pesquisa. Aqui eles estão organizados em: Espaço Físico que avalia a edificação externa e interna; projetos para reformas e grau de satisfação.

### **3. Resultados e Discussão**

As condições das edificações existentes nas referidas escolas foram analisadas, tomando-se como referência a norma ABNT NBR 9050/2015, que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

As escolas avaliadas apresentam barreiras físicas que limita ou impede o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade das pessoas em cadeira de rodas (P.C.R.) se comunicarem ou terem acesso ao ambiente escolar. Em resumo, dos 38 itens analisados, conforme as normas ABNT 9050/2015, e descritos na metodologia, a escola E1 atendeu a apenas 8 e na escola E2 esse número foi de apenas 5 itens dentro das Normas Técnicas (Figura 1).

Para compor a representação sobre acessibilidade das escolas utilizadas, utilizou-se das observações de espaço conforme descrito na metodologia.



**Figura 1.** Acessibilidade das escolas, de acordo com às Normas da ABNT 9050/2015.

### 3.1. Projetos para reformas

Nas referidas escolas nunca foi elaborado projeto a respeito da implantação da acessibilidade. De acordo com o gestor da escola E1, a escola recebeu uma verba para reforma, na qual foram implantadas apenas as rampas de acesso às salas de aulas.

Apesar de terem feito as rampas de acesso, estas ficaram fora dos padrões, quanto ao grau de inclinação, pois foram formuladas sem levarem em consideração as normas da ABNT NBR 9050/2015.

### 3.2. Grau de satisfação sobre os aspectos físicos segundo os gestores

No questionário entregue aos gestores, foram abordados os seguintes pontos quanto ao grau de satisfação: sinalização vertical para P.C.R., estacionamentos com reservas de vagas, quadra de esportes, entradas acessíveis, rampas de acesso com corrimões, bebedouros acessíveis e banheiros adaptados para P.C.R. Foram dadas as seguintes opções para resposta de múltipla escolha: atende; atende em partes; não atende; e não existe.

Em suas respostas, G1 se mostra muito satisfeito com as condições do estabelecimento de ensino sob sua responsabilidade, afirmando que a referida escola oferece condições para receber P.C.R., marcando apenas os itens da sinalização, do estacionamento com reservas de vagas e da quadra de esportes como não existentes. As vias de acesso em todas as entradas do



estabelecimento, na opinião de G1, atendem em partes as necessidades de P.C.R. As rampas de acesso com corrimões, bebedouros acessíveis e banheiros adaptados, para G1, atendem completamente as necessidades de P.C.R.

As respostas expressadas por G1 estão em desacordo com os resultados obtidos com este trabalho, com base nos dados observados, pois dos pontos que para G1 atendem as condições ideais para receber P.C.R., e que estão em concordância com a NBR – 9050/2015, nos permite reafirmar que G1 desconhece total ou parcial as normas da ABNT no tocante a acessibilidade.

Nas respostas de G2, os dados demonstram mais a realidade presenciada na escola. G2 não marcou nenhum dos itens como atendendo totalmente as condições de acessibilidade para P.C.R. Os estacionamentos com reservas de vagas, quadra de esportes, as rampas de acesso com corrimões em ambos os lados e bebedouros acessíveis foram pontos que na opinião de G2 não existem em E2. Os banheiros adaptados e rebaixamento de calçadas para travessia de cadeirantes foram colocados como pontos que atendem em partes as condições ideais. As respostas expressas por G2 estão quase, em sua totalidade, em concordância com as normas da ABNT.

Foi perguntado, ainda, se o fato de ambas as escolas analisadas possuírem edificações muito antigas trazia uma maior dificuldade de acessibilidade em suas dependências para P.C.R. G2 respondeu que não e que E2 tem total condição de receber alunos que fazem uso de cadeira de rodas. G1 respondeu que sim e que E1 não tinha condições de receber P.C.R. em suas edificações. Isso demonstra o desconhecimento de G1 quanto as normas de acessibilidade, em decorrência da contrariedade de suas respostas.

Apesar de G1 e G2 afirmarem que as escolas E1 e E2 não possuem quadra de esportes, as práticas desportivas são realizadas numa quadra municipal localizada a uma distância de dois quarteirões dos estabelecimentos escolares. A quadra não apresenta nenhuma condição para o acesso de P.C.R., que segundo a NBR 9050/2015, os locais de esportes devem apresentar:

As áreas para prática de esportes devem ser acessíveis; Todas as portas existentes na rota acessível, destinadas à circulação de praticantes de esportes que utilizem cadeiras de rodas, devem possuir vão livre de no mínimo 1,00 m, incluindo as portas dos sanitários e vestiários. Os sanitários e vestiários acessíveis devem estar localizados tanto nas



áreas de uso público quanto nas áreas para prática de esportes.

A referida quadra não apresenta rota acessível. A porta que dar acesso a quadra apresenta vão livre de 60 cm, com 2 degraus com altura de 30 e 40 cm, respectivamente, impossibilitando o acesso de P.C.R.

A falta de acessibilidade nas escolas analisadas é um fato preocupante, tendo em vista que, estas são as únicas escolas da zona urbana do município. Ao tomar conhecimento das condições de alguns dos fatores relevantes para que a acessibilidade aconteça, pôde-se perceber que há alguns problemas para eliminar as barreiras que permitem a autonomia de P.C.R., como por exemplo: as rampas não possuem a inclinação correta dificultando uma pessoa que faz uso de cadeira de rodas se locomover sozinha, pois precisa do auxílio de outras pessoas para que o acesso seja realizado, isso faz com que automaticamente lhe seja negado o direito que é por lei garantido, de realizar suas atividades com independência.

Ambas as escolas em questão não se apresentam dentro dos padrões arquitetônicos para acessibilidade de P.C.R., embora, para G1, segundo suas respostas ao questionário do pesquisador, a E1 ofereça condições para receber P.C.R. O contrário de G2 que afirmou que E2 atende em partes as condições para receber P.C.R. Percebe-se que, ainda existem muitas barreiras a serem vencidas quanto ao assunto abordado, e uma delas seria a percepção das pessoas a respeito desta questão. Faz-se necessário uma maior atenção quanto à formação profissional dos professores e gestores escolares quanto ao real significado de educação inclusiva, além do mais, dever-se-iam projetar espaços já acessíveis a todos os seus usuários sejam com dificuldades de mobilidades ou não, evitando-se desperdícios de recursos públicos com adaptações posteriores.

#### **4. Conclusão**

Detectou-se que as escolas precisam de modificações nas estruturas arquitetônicas, pois ambas apresentam obstáculos que dificultam a movimentação de P.C.Rs no ambiente escolar.

Dentre vários fatores que contribuem para tal situação estão: a falta de preparo e conhecimento dos profissionais envolvidos no contexto escolar a respeito da ABNT – NBR 9050/2015; a percepção abstrata dos gestores no que se trata de acesso de P.C.R.; a idade das

edificações, uma vez que foram construídas em uma época em que não havia a mínima preocupação quanto à inclusão de pessoas com deficiência; a falta de projetos que sejam de fato executados corretamente dentro dos padrões arquitetônicos exigidos pelas normas técnicas;

## 5. Referências

ARNAIS, M. A. O; STADOAN, D. B. **Acessibilidade e pesquisa acadêmica: Desafios do aluno com deficiência visual no Ensino Superior**. Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SEDPcD/Diversitas/USP Legal – São Paulo, p. 1-15, junho/2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2015, 148p.

BOFF, L. **Princípio de Compaixão e Cuidado**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL, **Constituição Federal, Brasília**: Senado Brasileiro, 1988.

BRASIL, 2010. Ministério da Educação. **Conferência Nacional de Educação Básica**: Documento Final. Brasília, 2010.

COSTA, J. C. et al. Os principais obstáculos para integração dos portadores de necessidades especiais nas escolas de Rede Pública Estadual da cidade de Passo Fundo. **Rev. Cad. Educ. Esp.** v. 27, p. 93-100, 2005.

SANTOS, B. S. **A Construção Multicultural da Igualdade e da Diferença**. Palestra Proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, 1995.

SILVA, A. B.; BRITO, J. B.; DAXENBERGER, A. C. S. **Um diagnóstico quanto a percepção dos gestores sobre acessibilidade de pessoas em cadeira de Rodas nas escolas estaduais no município de Remigio/PB**. Anais do Congresso Internacional de Educação e Inclusão – CINTEDI. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB, Brasil. 9p., 2014.

Disponível em:

[http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/Modalidade\\_1datahora\\_29\\_10\\_2014\\_23\\_41\\_16\\_idinscrito\\_1426\\_617a6ebe750b5ad35777088a4639b008.pdf](http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/Modalidade_1datahora_29_10_2014_23_41_16_idinscrito_1426_617a6ebe750b5ad35777088a4639b008.pdf).

SILVEIRA, J. **Condições de mobilidade e acessibilidade para cadeirantes: estudo de caso no Campus da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC**. Trabalho de Conclusão de Curso. Santa Cruz do Sul, 105p., 2014.